

SUMÁRIO

Abreviaturas	19
Nota à Oitava Edição	23
Apresentação	25

PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<i>Capítulo 1 — O Estado e a Proteção Social ao Trabalhador</i>	31
1.1 Prólogo	31
1.2 O Surgimento da Noção de Proteção Social	32
1.3 A Mútua Assistência e a Caridade	33
1.4 A Assistência Social Estatal	33
1.5 A Formação do Conceito de Bem-Estar Social	34
1.6 Evolução da Previdência Social — Do Modelo de Bismark ao modelo de Beveridge	38
<i>Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social</i>	45
2.1 A Intervenção do Estado e a Dignidade da Pessoa Humana	45
2.2 A Solidariedade Social	47
2.3 A Compulsoriedade da Filiação	48
2.4 A Proteção aos Previdentes	49
2.5 A Redistribuição de Renda	49
2.6 O Risco Social	51
2.7 Da Previdência à Segurança Social	51
<i>Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social</i>	53
3.1 Sistemas Contributivos e Não Contributivos	53
3.2 Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização	54
3.3 Sistemas Privados de Previdência	55
<i>Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil</i>	57
4.1 Primeiras Regras de Proteção	58
4.2 A Lei Eloy Chaves	59
4.3 Os Institutos de Classe	60
4.4 Da Criação do INPS à Constituição de 1988	62
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	63
4.6 A Criação do INSS e as Primeiras Reformas	65

4.7 A Emenda Constitucional n. 20	67
4.8 O Fator Previdenciário e o Novo Período Básico de Cálculo	71
4.9 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42	72
4.10 A Emenda Constitucional n. 47/2005	73
<i>Capítulo 5 — O Direito Previdenciário</i>	75
5.1 Conceito e Objeto de Estudo	75
5.2 Autonomia Científica	76
5.3 Classificação perante a Divisão Didático-Enciclopédica do Direito	78
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito	79
5.5 Fontes do Direito Previdenciário	81
<i>Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário</i>	87
6.1 Antinomias e Critérios de Solução	88
6.2 Lacunas do Ordenamento e sua Solução	89
6.3 Interpretação das Normas	90
6.4 Vigência e Eficácia das Normas no Tempo	91
6.5 Vigência e Eficácia das Normas no Espaço	92
<i>Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário</i>	95
7.1 Princípios Gerais de Direito Previdenciário	95
7.2 Princípios Constitucionais da Seguridade Social	97
7.3 Princípios Específicos de Custeio	99
7.4 Princípios Específicos de Previdência Social	102
<i>Capítulo 8 — Regimes Previdenciários</i>	107
8.1 O Regime Geral de Previdência Social — RGPS	107
8.2 Regimes de Previdência de Agentes Públicos Ocupantes de Cargos Efetivos e Vitalícios	108
8.3 Regime Previdenciário Complementar	115
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas	119

PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

<i>Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social</i>	123
1.1 Sistema Nacional de Seguridade Social	123
1.2 Ministérios da Área da Seguridade Social	124
1.3 Instituto Nacional do Seguro Social — INSS	125
1.4 Gestão Descentralizada	126

1.5 Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS	126
1.6 Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS	126
1.7 Conselhos de Previdência Social — CPS	128
1.8 Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS	129
1.9 Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC	131
1.10 Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS	132
<i>Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio</i>	135
2.1 Definição da Relação Obrigacional	135
2.2 Autonomia da Relação de Custeio	136
2.3 Identidade com a Relação Obrigacional Tributária	139
<i>Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social</i>	141
3.1 Segurados da Previdência Social	142
3.2 Empresa e Entidades Equiparadas	143
3.3 Matrícula da Empresa	143
3.4 Empregador Doméstico	145
3.5 Apostadores de Concursos de Prognósticos	145
3.6 Contribuintes da CPMF	146
<i>Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social</i>	147
4.1 Definição da Relação de Seguro Social	147
4.2 Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação	148
4.3 Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social	150
<i>Capítulo 5 — Segurados do Regime Geral de Previdência Social</i>	151
5.1 Segurados — Definição	151
5.2 Segurados Obrigatórios	151
5.2.1 Empregado Urbano e Rural	153
5.2.2 Empregado Doméstico	162
5.2.3 Contribuinte Individual	163
5.2.4 Trabalhador Avulso	168
5.2.5 Segurado Especial	169
5.3 Segurado Facultativo	172
5.4 A Menoridade e a Filiação como Segurado	173
5.5 Aposentado que Retorna à Atividade	175
<i>Capítulo 6 — Filiação dos Segurados</i>	177
<i>Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado</i>	181
<i>Capítulo 8 — Dependentes</i>	187

<i>Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes</i>	193
9.1 Inscrição dos Segurados	193
9.2 Inscrição de Dependentes	195

PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

<i>Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social</i>	199
1.1 Sistema Contributivo	201
1.2 Participação da União	202
1.3 Contribuições Sociais	203
1.3.1 Conceituação	204
1.3.2 Natureza Jurídica	205
1.3.3 Características Gerais	207
1.4 Outras Receitas da Seguridade Social	209
<i>Capítulo 2 — Contribuições do Sistema</i>	211
2.1 Salário de Contribuição	211
2.2 Salário-Base	217
2.3 Contribuição dos Segurados Empregado, Doméstico e Trabalhador Avulso	219
2.4 Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo	221
2.5 Contribuições das Empresas	222
2.5.1 Contribuição sobre a Folha de Pagamento	223
2.5.2 Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segurados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos	225
2.5.3 Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Trabalho e Aposentadorias Especiais	229
2.5.4 Contribuição sobre a Receita e o Faturamento	232
2.5.5 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS	233
2.5.6 PIS/PASEP	239
2.5.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL	240
2.5.8 Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES	241
2.6 Contribuições do Importador de Bens e Serviços do Exterior	244
2.7 Contribuições Decorrentes do Trabalho Prestado em Obras de Construção Civil	246
2.7.1 Conceito de Obra de Construção Civil	247
2.7.2 Cadastro-Matrícula de Obra de Construção Civil	248
2.7.3 Obra de Responsabilidade de Pessoa Jurídica	249

2.7.4	Obra de Responsabilidade de Pessoa Física	251
2.7.5	Aferição Indireta das Contribuições	252
2.7.6	Apuração de Salário de Contribuição contido em Nota Fiscal de Serviço/Fatura	253
2.7.7	Apuração de Salário de Contribuição com Base na Área Construída e no Padrão da Obra	253
2.7.8	Retenção na Construção Civil	254
2.8	Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional	254
2.9	Contribuição do Empregador Doméstico	255
2.10	Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial	256
2.11	Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica	258
2.12	Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	259
2.13	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira — CPMF	260
2.14	Contribuições Destinadas a Terceiros	261
<i>Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social</i>		263
3.1	Requisitos para a Isenção	265
3.2	Requerimento e Deferimento da Isenção	265
3.3	Alcance da Isenção	267
3.4	Revisão da Isenção	268
<i>Capítulo 4 — Remissão e Anistia</i>		269
<i>Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização</i>		273
5.1	Competência dos Órgãos de Arrecadação e Fiscalização	273
5.2	Arrecadação e Recolhimento das Contribuições	274
5.3	Obrigações Acessórias	278
5.4	Prerrogativas da Fiscalização	281
5.5	Inadimplemento e Acréscimos Moratórios	283
5.6	Restituição de Contribuições, Compensação e Reembolso de Benefícios	285
5.6.1	Restituição de Contribuições e Compensação	285
5.6.2	Reembolso de Benefícios	287
5.7	Parcelamento de Débitos	288
<i>Capítulo 6 — Responsabilidade Solidária e por Substituição Tributária</i>		291
6.1	Construção Civil	292
6.2	Grupo Econômico	294
6.3	Responsabilidade dos Sócios e Titulares	294
6.4	Tomador de Serviços	295

6.5 Administradores Públicos	297
6.6 Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra	298
<i>Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguridade Social</i>	299
7.1 Prescrição na Restituição e Compensação de Contribuições	302
7.2 Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal	302
<i>Capítulo 8 — Prova de Inexistência de Débito</i>	303
<i>Capítulo 9 — Processo Administrativo Fiscal</i>	309
9.1 Constituição do crédito da Seguridade Social	309
9.1.1 Notificação Fiscal de Lançamento de Débito	311
9.1.2 Auto de Infração — AI	312
9.2 Tramitação e Julgamento	313
9.3 Depósito Recursal — Exigibilidade	315
<i>Capítulo 10 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial</i>	319
<i>Capítulo 11 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho</i>	331
11.1 Aplicação da Norma em Função do Tempo	339
11.2 Conflitos de Competência	340
11.3 Condição da União na Lide Trabalhista	341
11.4 Legislação Aplicável	342
11.5 Créditos Executáveis	343
11.6 As Prerrogativas da União	345
11.7 Validade do Procedimento	347
11.8 O Procedimento da Execução	349
<i>Capítulo 12 — Dos Crimes contra a Previdência Social</i>	355
12.1 O Regime da Lei n. 9.983/2000	355
12.2 Apropriação Indébita Previdenciária	356
12.2.1 Inocorrência da <i>Abolitio Criminis</i> da Conduta Prevista no Art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91	360
12.2.2 Constitucionalidade	362
12.2.3 Tipo Objetivo	363
12.2.4 Tipo Subjetivo	363
12.2.5 Consumação e Tentativa	363
12.2.6 Sujeito Ativo	364
12.2.7 Sujeito Passivo	366
12.2.8 Crime Continuado	366
12.2.9 Ação Penal	367

12.2.10 Extinção da Punibilidade	368
12.2.11 Adesão ao REITS e ao PAIS	370
12.2.12 Perdão Judicial	375
12.2.13 Dificuldades Financeiras	376
12.2.14 Princípio da Insignificância	377
12.2.15 Prisão por Dívida	379
12.3 Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações	379
12.4 Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações	380
12.5 Sonegação de Contribuição Previdenciária	380
12.6 Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas	381
12.7 Falsidade Documental	382
12.8 Falsificação de Documento Público	382
12.9 Violação de Sigilo Funcional	383
12.10 Equiparação a Funcionário Público	383

PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

<i>Capítulo 1 — Introdução</i>	387
<i>Capítulo 2 — Concessão da Prestação Previdenciária</i>	391
2.1 Suspensão do Benefício	394
2.2 Cancelamento do Benefício	396
<i>Capítulo 3 — Períodos de Carência</i>	399
<i>Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício</i>	405
4.1 Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo	406
4.2 Fator Previdenciário	412
4.3 Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário	414
4.4 Renda Mensal Inicial	415
4.5 Valor-Limite dos Benefícios	417
<i>Capítulo 5 — Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios</i>	419
5.1 Índices de Correção dos Salários de Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário de Benefício	421
5.2 Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência	422
5.3 Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários de Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988	422

5.4 Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos	423
5.5 Auto- Aplicabilidade do Art. 202, <i>Caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (Art. 144, Parágrafo Único, da Lei n. 8.213/91)	424
5.6 Aplicação do Art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	425
5.7 Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos	426
5.8 Valor Mínimo dos Benefícios	427
5.9 Gratificação Natalina de 1988/1989	427
5.10 URP de Fevereiro de 1989	428
5.11 Salário Mínimo de Junho de 1989	428
5.12 Expurgos Inflacionários	428
5.13 Reajuste de Setembro de 1991 — Abono da Lei n. 8.178/91	429
5.14 Reajustes Quadrimestrais — IRSM — Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93	429
5.15 Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94	430
5.16 Aplicação do IRSM de Fevereiro de 1994	431
5.17 Reajustamento dos Benefícios pelos Índices Integrais do IGP-Di nos Meses de Junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003	432
5.18 Revisão da Renda Mensal da Pensão por Morte	432
5.19 Demais Revisões Decorrentes da Lei n. 9.032/95	434
5.20 Aplicação do Novo Teto dos Benefícios Fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003	435
5.21 Primeiro Reajuste após a concessão do Benefício	436

<i>Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios</i>	437
6.1 Pagamento Feito a Terceiros	439
6.2 Intangibilidade do Valor do Benefício	440
6.3 Acumulação de Benefícios	441

<i>Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais</i>	445
7.1 Evolução Histórica da Proteção Acidentária	445
7.2 Conceito de Acidente do Trabalho	447
7.3 Doenças Ocupacionais	450
7.4 Nexo Causal e Concausalidade	451
7.5 Aspectos da Proteção Previdenciária à Vítima de Acidente	455
7.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT	455
7.7 Responsabilização do Tomador dos Serviços	456
7.7.1 Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador	457

7.7.2 Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador	457
7.7.3 A Teoria do Risco Social — Cobertura pela Previdência Social	458
7.7.4 Responsabilidade Penal	458
7.7.5 Sancões Administrativas	458
7.8 Direito à Indenização Civil	458
7.9 O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador	465
7.10 Estabilidade do Empregado Acidentado	466
<i>Capítulo 8 — Benefícios em Espécie</i>	471
8.1 Aposentadoria no RGPS	471
8.1.1 Direito à Desaposentação	472
8.1.2 Aposentadoria e Vínculo de Emprego	475
8.2 Aposentadoria por Invalidez	480
8.3 Aposentadoria por Idade	486
8.3.1 Aposentadoria por Idade do Trabalhador Rural	488
8.4 Aposentadoria por Tempo de Serviço	493
8.5 Aposentadoria por Tempo de Contribuição	494
8.5.1 Aposentadoria do Professor	497
8.5.2 Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria	498
8.6 Aposentadoria Especial	499
8.6.1 Conversão do Tempo de Serviço/Contribuição	508
8.6.2 Conversão do Tempo Especial de Professor em Tempo Comum	512
8.7 Pensão por Morte	516
8.8 Auxílio-Doença	524
8.9 Auxílio-Reclusão	530
8.10 Auxílio-Acidente	534
8.11 Salário-Família	538
8.12 Salário-Maternidade	542
8.13 Abono Anual	549
8.14 Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente - LOAS	550
<i>Capítulo 9 — Benefícios Extintos</i>	555
9.1 Renda Mensal Vitalícia	555
9.2 Auxílio-Natalidade	556
9.3 Auxílio-Funeral	556
9.4 Pecúlio	557
9.5 Abono de Permanência em Serviço	557
9.6 Aposentadorias Diferenciadas	558

<i>Capítulo 10 — Serviços</i>	561
10.1 Serviço Social	561
10.2 Habilitação e Reabilitação Profissional	561
<i>Capítulo 11 — Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários</i>	563
11.1 Prova do Tempo de Contribuição	566
11.2 Reconhecimento do Tempo de Filiação	568
11.3 Atividade Rurícola e o Regime de Economia Familiar	568
11.4 Aluno-Aprendiz	571
11.5 Efeitos das Decisões Trabalhistas frente ao INSS	573
11.6 Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição	574
11.7 Justificação Administrativa	576
11.8 Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Contribuição	578
<i>Capítulo 12 — Prescrição e Decadência em Matéria de Benefícios</i>	579
12.1 Prescrição do Direito a Prestações	579
12.2 Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário	580
<i>Capítulo 13 — Ações Previdenciárias</i>	583
13.1 Competência para as Ações Previdenciárias	583
13.1.1 Prestações Comuns	584
13.1.2 Competência Federal Delegada	585
13.1.3 Ações Acidentárias	586
13.1.4 Causas Referentes ao Benefício Assistencial	587
13.2 Prévio Ingresso na Via Administrativa	588
13.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal	590
13.3.1 Competência dos JEF's	591
13.3.2 Valor da Causa	592
13.3.3 Renúncia	593
13.3.4 Legitimidade	594
13.3.5 Sentença Líquida	594
13.3.6 Recursos	595
13.3.7 Cumprimento da Sentença	597
13.3.8 Aplicação da Lei dos JEF's em caso de Delegação de Competência	598
13.3.9 Nulidades	599
13.4 Pagamentos Devidos pelo INSS	599
13.4.1 Evolução Legislativa	599
13.4.2 Requisição de Pequeno Valor (RPV)	601
13.4.3 Pagamento por Precatório	601

13.4.4 Complemento Positivo.....	602
13.5 Idosos	602

PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<i>Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Contemporâneo</i>	607
<i>Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado</i>	617
<i>Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira</i>	627
<i>Capítulo 4 — Perspectivas da Seguridade Social Brasileira</i>	635

APÊNDICE — SÚMULAS DE INTERESSE EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

Supremo Tribunal Federal	657
Tribunal Federal de Recursos	659
Superior Tribunal de Justiça	663
Tribunal Superior do Trabalho	665
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST	669
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias)	673
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST	673
Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios coletivos (SDC) do TST	674
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	674
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	675
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	677
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	678
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	680
Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais	680
Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF	683

Bibliografia	693
---------------------------	-----

ANEXOS

Códigos de Interpretação dos Benefícios Concedidos pelo INSS	705
Tabelas de Contribuições Mensais	708